



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{mo} Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 1210
Ent. 2960

SUA COMUNICAÇÃO DE
24.03.2016

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015
N.º **1405**

DATA

21 JUL 2017

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 3670/XIII/2.ª de 24.03.2017, do Grupo Parlamentar do CDS/PP (Deputados Vânia Dias da Silva, Telmo Correia e Nuno Magalhães) - Desigualdades remuneratórias nos registos e notariado

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.ª a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Elisabete Matos

EM/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à Pergunta n.º 3670/XIII/2.ª de 24.03.2017, do Grupo Parlamentar do CDS/PP (Deputados Vânia Dias da Silva, Telmo Correia e Nuno Magalhães) - Desigualdades remuneratórias nos registos e notariado.

Em resposta à pergunta identificada em epígrafe endereçada pelo grupo Parlamentar do CDS/PP a Sua Excelência a Ministra da Justiça, cumpre informar V. Exa., que o Ministério da Justiça, tem vindo a colaborar de forma aberta e transparente com todos os sindicatos do setor no processo de revisão do estatuto das carreiras dos profissionais dos Registos e Notariado.

Foi aliás estabelecido um cronograma de trabalhos junto dos parceiros sociais que está a ser cumprido de forma integral pelo Ministério da Justiça, em respeito com a obrigação que decorre do Orçamento de Estado para 2017.

Mais se informa que, desde 2012, os sindicatos do setor apresentaram propostas de estatuto das carreiras dos profissionais dos Registos e Notariado não tendo o mesmo resultado em qualquer proposta concreta que tenha servido de base ao trabalho que se está a concretizar.

Por último, de acordo com o IRN, posição que tem sem sido confirmada por todos os Governos desde 2002, não é verdade que tenha havido atualização dos vencimentos dos dirigentes dos registo, ou haja informação sobre violação do princípio da igualdade na atualização das remunerações dos trabalhadores do IRN.

O empenho na valorização profissional, no reforço de competências e na capacidade de resposta ao cidadão é um desígnio que o Ministério da Justiça está empenhado em cumprir, em cooperação com funcionários e parceiros sociais.

Gabinete da Senhora Secretária de Estado da Justiça, 20 de julho de 2017